

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



**LIBERALISMO E TECNOCRACIA: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS
POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS DO CHILE (1973-1982)
E DA ARGENTINA (1976-1982)**

Marcos Taroco Resende

Roberto Pereira Silva

LIBERALISMO E TECNOCRACIA: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS POLÍTICAS
ECONÔMICAS DOS REGIMES AUTORITÁRIOS DO CHILE (1973-1982) E DA
ARGENTINA (1976-1982)

Marcos Taroco Resende¹

Roberto Pereira Silva²

RESUMO

Os estudos sobre as ditaduras militares do Chile (1973-1990) e da Argentina (1976-1983) geralmente focam na aplicação de políticas econômicas neoliberais e seus resultados somente como produtos finais. O objetivo do artigo é analisar a formulação das políticas econômicas e seus resultados a partir de uma ótica interpretativa que privilegie a atuação e a participação dos economistas nos governos e seus conflitos entre o início das ditaduras até 1982. Para alcançar o objetivo, realiza-se revisão bibliográfica e a análise documental. Como resultados da pesquisa, tem-se que em ambos países as equipes econômicas não eram monolíticas, sem conflitos, e há vários pontos de conflitos na elaboração da política econômica, principalmente na Argentina.

Palavras-chave: Tecnocracia, Liberalismo, políticas econômicas, Chile, Argentina.

ABSTRACT

The studies about the dictatorships of Chile (1973-1990) and Argentina (1976-1983) generally focus on the application of neoliberal economic policies and their results as final products. This paper aims analyses the formulation of economic policies and its results from an interpretative perspective that privileges the performance and participation of economists in government between the beginning of dictatorships to 1982. In order to reach the objective, a bibliographical review and documentary analysis is carried out. As results of the research point that the in both countries the economic team weren't monolithic, without conflicts, and that there are many points of conflicts in the formulation of economic policy, mainly in Argentina.

Keywords: Technocracy, Liberalism, economic policies, Chile, Argentina.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

² Professor adjunto do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas.

1. INTRODUÇÃO

Nos estudos sobre os modelos de desenvolvimento da América Latina no século XX é comum encontrar na literatura, a periodização mais ou menos delimitada entre modelo de desenvolvimento industrializante liderado pelo Estado entre 1930 e meados de 1980, a partir do qual se iniciou outro modelo no qual a regra é a retirada do Estado das diversas áreas da sociedade, e em especial da esfera produtiva, apostando no mercado como a mais desejável, porque eficiente na organização da sociedade (BIELSCHOWSKY, 2000; CANO, 2000; CASILDA-BÉJAR, 2004; MANTEGA, 2011). Este quadro mais geral nos proporciona uma importante ferramenta de inteligibilidade das tendências econômicas da América Latina, não considerando as trajetórias nacionais específicas, como por exemplo, de que, Brasil e México avançaram mais no processo de industrialização enquanto Argentina e Chile enfrentavam problemas persistentes e estruturais para a continuidade do processo³, o que contribuiu para a instauração de experiências neoliberais precocemente, antecipando em quase 20 anos a generalização dessas políticas para a economia mundial, e em particular para os países da América Latina (RAMOS, 1989; CANO, 2000; FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009). É nas trajetórias nacionais em perspectiva comparada, que iremos nos concentrar, neste trabalho, na análise da política econômica das ditaduras militares de Chile (1973-1982) e Argentina (1976-1982)⁴.

³ Nesses países, embora houvesse um esforço industrializante, os setores industriais, protegidos da concorrência externa, não foram capazes de alcançar em longa escala uma eficiência produtiva e promover a inovação tecnológica. Deste modo a industrialização tornou-se demasiadamente diversificada para os restritos mercados internos dessas economias, não logrando numa especialização produtiva e não alcançando economias de escalas (CANITROT, 1980; RAMOS, 1989; FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009).

⁴ O recorte temporal da pesquisa a partir de cada início das ditaduras até 1982 para os dois casos se justifica por três motivos relacionados. Primeiramente, enquanto o regime militar argentino durou apenas 7 anos (1976-1983), o chileno durou 17 anos (1973-1990). Mas isso só é justificável se relacionada com o segundo motivo, qual seja, apesar de que o Chile tenha uma experiência mais longa sob o regime militar, a literatura (Foxley, 1982, Ffrench-Davis, 1984, 2003, Valdés (1995) e Angell (2005)) costuma dividir o período em dois subperíodos distintos, o primeiro desde o golpe até aproximadamente 1982, quando a política econômica e as reformas de inspiração monetarista foram aplicadas de forma efetiva, profunda, rápida, e com grande cobertura e na sua forma mais pura, enquanto no segundo período (aproximadamente de início em 1982 até 1990), frente a crise econômica e financeira que atingiu vários países da América Latina⁴, e os descontentamentos de grupos empresariais e de setores da sociedade civil, a política econômica assumiu

Neste sentido, se depreende as perguntas norteadoras da pesquisa: Quais são as semelhanças e diferenças da elaboração, execução e os resultados da política econômica? Como entendê-las a partir da participação de seus protagonistas - os economistas como tecnocratas e de suas disputas no seio da decisão governamental?

O objetivo geral é analisar e comparar a elaboração, execução e resultados das políticas econômicas dos regimes militares do Chile e da Argentina, articulando-as com a participação dos economistas nos governos, e suas disputas internas no âmbito do processo decisório. O trabalho visa contribuir para os campos da história econômica e da histórica do pensamento econômico, pela combinação de um enfoque comparativo, que coloca a política econômica desses dois países sob o enfoque da participação dos economistas no governo e suas disputas, e os condicionantes políticos para a política econômica, dimensões não muito recuperadas na literatura tradicional.

Os métodos de pesquisa são revisão bibliográfica e a análise documental. Por meio da revisão de literatura busca-se delinear quais políticas econômicas produzidas em cada caso estudado. Esta análise é articulada com a análise da documentação primária, buscando identificar as intenções e as possíveis manifestações de combates entre economistas e/ou resistências políticas. Essa documentação é constituída, em primeiro lugar, pelos planos econômicos – o *El Ladrillo* no Chile e o *Programa de Recuperación, saneamiento y expansión de la economía Argentina*. Essa análise dos planos visa entender as intenções iniciais, antes dos acontecimentos conjunturais, e sua evolução no que refere às declarações públicas dos formuladores da política econômica no desenrolar dos acontecimentos, para identificação de possíveis conflitos.

A estrutura do artigo está dividida em três seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, revisa-se a literatura das políticas econômicas dos casos estudados. Na segunda se analisa a documentação primária. Em seguida coloca-

uma forma mais pragmática, mantendo em linhas gerais a orientação do modelo monetarista, mas com uma maior flexibilidade. Por último, a referida crise e seus efeitos constituíram um processo tão importante para essas políticas econômicas que levou a queda dos principais membros das respectivas equipes econômicas: Sérgio de Castro Spikula que esteve no comando do Ministério da Fazenda chileno desde o fim 1976 até abril de 1982, e José Alfredo Martínez de Hoz no Ministério da Economia desde o início do regime até março de 1981.

se as principais questões encontradas nas seções anteriores à luz dos conflitos de política econômica, assim como uma síntese dos resultados do trabalho e seus limites.

2. AS POLÍTICAS ECONÔMICAS DOS REGIMES MILITARES DO CHILE (1973-1982) E ARGENTINA (1976-1982).

No terceiro quartel do século XX a economia mundial passou por um conjunto de transformações estruturais que ~~estabeleceram o referido período como um interregno~~ particular na história do desenvolvimento capitalista, ~~que~~ ficou conhecido como “idade do ouro” do capitalismo. Na década de 1970, entretanto, o cenário mudou alterando drasticamente os rumos do desenvolvimento capitalista mundial. A redefinição do papel do Estado e sua relação com a sociedade é uma das características marcantes do período⁵.

Na América Latina, nos decênios de 50, 60 e 70 e inspirados pelas teorias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) intensificaram o processo de industrialização por substituição de Importações (ISI) que havia sido iniciado em 1929 como resposta a Grande Depressão de 1929. Nesta nova estratégia “para dentro”, o Estado colocava em prática uma gama de instrumentos e incentivos fiscais, monetários, financeiros, cambiais com o objetivo de reduzir a dependência externa e alcançar o desenvolvimento econômico⁶ (BIELSCHOWSKY, 2000; CANO, 2000; FFRENCH-DAVIS *et al*, 2005). Embora os países latino-americanos implementaram a nova estratégia de desenvolvimento pela industrialização por substituição de importações, em geral, Brasil e México avançaram mais no processo de industrialização enquanto Argentina e Chile enfrentavam problemas estruturais para a continuidade.

⁵ O Estado, através do planejamento, compatibilizou políticas de inspiração keynesiana e formas de promoção do *WelfareState* (Estado de Bem-Estar Social). Na década de 1970, os fatores internacionais como o choque do petróleo, o fim do sistema de *Bretton Woods* e os problemas internos gerados pelo novo padrão de relação entre Estado e sociedade, amparados ideologicamente por críticas aos paradigmas econômicos de sustentação dessas experiências, levaram a inflexão das características vigentes, e na atuação do Estado nas economias mundiais e nacionais (HOBSBAWM, 1995; FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005; MARICHAL, 2016).

⁶ Esse modelo industrializante tinha como crítica fundamental as transformações da estrutura produtiva consolidada a partir da segunda metade do século XIX, assentada na produção de poucos bens primários voltada para a exportação, em contrapartida a uma pauta de importação com elevada participação bens manufaturados (DONGUI, 1986; FFRECH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005).

Pela estratégia de desenvolvimento econômico de ISI, “para dentro”, contabiliza-se que entre 1950 e 1973 o PIB aumentou a uma taxa média anual de 5,3% e o PIB per capita 2,6%. O desempenho do PIB foi superior inclusive ao dos países que formam as economias de mercado desenvolvidas (EMDs), que por sua vez obtiveram a renda *per capita* maior em decorrência da elevada taxa de crescimento populacional da América Latina. A produção industrial cresceu anualmente 6,6%, com a elevação da participação da indústria no PIB de 18% para 21% na década de 1950, chegando a 27% em 1973. Os investimentos internos brutos cresceram a uma taxa de 7,8%⁷ (FFRENCH-DAVIS *et al*, 2005, p.129-149). Porém a análise dos desempenhos econômicos do modelo industrializantes por países surgem que os resultados de Chile e Argentina são menos expressivos, quando se compara a Brasil e México, que avançaram até as últimas etapas do ISI⁸.

Em uma linha de interpretação que enfatiza o desempenho macroeconômico insuficiente dos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) - evidenciado pelos dados anteriormente apresentados, Ramos (1989) entende que a frustração das esperanças despertadas com a nova estratégia de desenvolvimento econômico foi um primeiro elemento que permitiu a instauração de políticas neoliberais nesses países. A industrialização para dentro teria se tornado demasiadamente diversificada para os restritos mercados internos dessas economias, não logrando em uma especialização produtiva e não alcançando economias de escalas. Mesmo a indústria, que no pós-guerra foi o setor dos países do Cone Sul que alcançou o maior dinamismo, quando cresceu entre 3,3 e 4,6 % anuais entre 1945 e 1975, não atingiu a média do restante da América Latina cujo setor industrial cresceu a 7,8%⁹ (RAMOS, 1989, p.12).

⁷Para dados de PIB e PIB per capita os autores utilizaram dados de Maddison (1991).

⁸ As taxas de crescimento anual do PIB para Brasil e México para 1950 e 1973 foram respectivamente 7,15% e 6,55%, superando o indicador da América Latina como um todo, o que contrasta com o desempenho da Argentina (3,4%) e do Chile (3,7%), que cresceram abaixo da média da região. A participação do setor industrial no Brasil elevou-se de 23,2% em 1950 para 32,2% em 1970, representando um aumento de 9 pontos percentuais, e do México de 17,3% para 21,2% (um aumento de 3,9%), a Argentina elevou a participação do seu setor industrial em 6,1 pontos percentuais, alcançando 27,5% em 1970 e o Chile elevou a participação em 3,9%, chegando ao nível de 24,5% do PIB em 1970 (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2005, p.164-171).

⁹ Ramos (1989) ainda enumera mais dois fatores que permitiram a mudança de estratégia desenvolvimento nos países do Cone Sul na década de 1970: o surgimento do pensamento neoliberal nos países desenvolvidos, com uma interpretação crítica dos alicerces e estratégias que sustentaram o desenvolvimento

Em relação ao Chile, no contexto de crise econômica, política e social os problemas no governo da Unidade Popular foram o alvo central da política econômica do regime militar, concebendo em geral que a forte intervenção do Estado havia sido a principal fonte dos desequilíbrios e responsável pela trajetória de crescimento insuficiente desde o pós-guerra. No plano ideológico, os militares adotaram uma ideologia oposta ao papel interventor do Estado presente na doutrina da segurança nacional, baseando-se em ideias da Escola monetarista de Chicago (ANGELL, 2002). Um “matrimônio de conveniência”, expressão cunhada em Ramos (1989), resume bem a relação entre as necessidades de mudanças drásticas para justificação dos regimes militares e o monetarismo dos tecnocratas, que tinham um programa econômico de caráter técnico-científico e neutro do ponto de vista ideológico, e que criticava as bases econômicas e políticas da democracia pluralista.

A tecnocracia a frente das questões econômicas do regime, que elaborou esse projeto, ficou a cargo de um grupo de economistas que ficaram conhecidos como “*Chicago Boys*”¹⁰. Esses economistas fizeram pós-graduação em economia na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, através de um convênio firmado entre a referida universidade com a Universidade Católica do Chile em 1955, a partir de quando passaram por um rigoroso treinamento em ciência econômica, e tiveram como docentes várias personalidades monetaristas da época, tais como Milton Friedman e Arnold Harberger¹¹ (VALDÉS, 1995; FUENTES; VALDEAVELLANO, 2015). Estes economistas elaboraram o *Programa de Desarrollo Económico* (conhecido com *El Ladrillo*), o qual foi implementado pelo General Augusto Pinochet (DE CASTRO, 1992).

Ramos (1989) divide em três fases o período entre 1973 a 1982, adotada neste trabalho. Em sua periodização a primeira fase se estende do golpe (setembro de 1973) a

desde o pós-guerra e a crise sociopolítica dos países do Cone Sul, que acarretou no colapso da ordem e do sistema político.

¹⁰Os principais economistas do grupo eram Sérgio de Castro (líder), Pablo Baraona, Sérgio Undurraga, Emílio Sanfuentes, Manuel Cruzat, Juan Braun, Alvaro Bardón, J.L. Zabala, André Sanfuentes, Emílio Sanfuentes, Juan Villarzú, Ernesto Fontaine, Carlos Massad, Ricardo Ffrench-Davis, Rolf Luders (VALDÉS, 1995; FUENTES; VALDEAVALLANO, 2015).

¹¹Valdés (1995) estima que entre 1955 e 1970 cerca de 100 estudantes chilenos realizaram seus estudos de pós-graduação na Universidade de Chicago.

junho de 1976, a segunda de junho de 1976 a meados de 1981 e a terceira, entre meados de 1981 até 1983.

Na primeira fase, a política econômica do regime militar priorizou a estabilização macroeconômica em seus problemas mais imediatos, pautando suas medidas primeiramente no problema da hiperinflação - que alcançou 700% quando anualizada a taxa média mensal nos últimos quatro meses da Unidade Popular ¹² (FOXLEY, 1982; FFRENCH-DAVIS, 2003), e da existência de mercados negros em função da escassez gerada pelo controle de preços do governo de depósito (ANGELL, 2002; CANO, 2000b; FFRENCH-DAVIS, 1984, 2003; RAMOS, 1977, 1989).

O diagnóstico monetarista se baseava na noção de que a inflação era de demanda (ocasionada pela expansão monetária) e em função do déficit fiscal. A escassez dos mercados foi resolvida pelo fim dos controles sobre os preços. Entretanto, a estabilização inflacionária provaria ser um problema bem mais complexo e cuja resolução ainda levaria alguns anos com grandes custos. A tese de Ramos (1977) é que a passagem da inflação reprimida para um período de hiperestagflação ocorreu mediante um *overshoot* ¹³, após a liberalização dos preços da economia, um salto excessivo muito acima do “equilíbrio”¹⁴ (RAMOS, 1977). Como primeiro resultado do *overshoot*, teve-se o endurecimento das expectativas inflacionárias, que resultou em uma inflação ao nível de 590% ao fim do primeiro ano de aplicação do modelo (FFRENCH-DAVIS, 1984, 2003). A liberalização abrupta de preços aliado às políticas monetária e fiscal restritivas, corroeu os salários reais e conseqüentemente a atividade econômica – os salários reais em 1975 eram 62,9% do valor de 1970 e houve redução de 17% no PIB de 26% da produção industrial em 1975

¹² O Índice de Preços ao Consumidor calculado oficialmente foi subestimado em 1973 e entre 1976-1978. Desta forma, utilizam-se índices corrigidos, como o de Córdazar e Marshall (1980) entre 1970-1978 e o de Yáñez (1984) entre 1973 e 1983.

¹³ Em síntese a expressão significa que houve uma elevação dos preços além do suposto nível de equilíbrio, uma sobre-elevação (RAMOS, 1977).

¹⁴ Ao liberar os preços, esperava-se que houvesse um aumento de cerca de 20 vezes mais que o equilíbrio de 1970 (similar a expansão monetária). O fato foi que os preços aumentaram 30 vezes mais que o nível de 1970, correspondendo a 50% a mais o nível de equilíbrio esperado. Esse incremento foi muito superior a pressões de custos atuais de seus insumos (o câmbio e os salários aumentaram respectivamente 20 e 12 vezes)¹⁴ (RAMOS, 1977, p.85).

(FOXLEY, 1982, p.5; ANGELL, 2002, p.299; FFRENCH-DAVIS, 2003, p. 38). A recessão produziu aumentos progressivos na taxa de desemprego¹⁵.

Embora houvesse a brusca queda da atividade econômica, redução do déficit público, controle monetário e da deterioração dos salários, a inflação não tinha obtido uma redução ainda satisfatória, estando resistente a níveis superiores a 300% nos três primeiros anos de duração de tentativa de estabilização no Chile (FFRENCH-DAVIS, *op. cit.*, p. 91). Este fato colocava em cheque as explicações teóricas oficiais do regime, e o impacto principalmente na atividade econômica demonstrava o papel da indexação e das expectativas inerciais na determinação da inflação (FFRENCH-DAVIS, 2003; RAMOS, 1977, 1989; GATICA, MIZALA, 1990; ANGELL, 2002).

Na segunda metade de 1976 foi iniciada a segunda fase da política econômica da ditadura e a economia chilena obteve os melhores indicadores macroeconômicos sob o regime de exceção (RAMOS, 1989). A principal variável escolhida para efetuar o controle inflacionário foi a taxa de câmbio. No início da experiência monetarista, o peso chileno sofreu depreciação para contornar o déficit em conta corrente e manter o poder de compra real da moeda. No entanto, na nova estratégia contra a inflação, foi instituído um regime de desvalorizações de acordo com a inflação passada (*crowling peg passivo*), e que em 1978 passou a ser a taxas inferiores à inflação passada (*crowling peg ativo*), incorrendo em um constante atraso cambial¹⁶. Como resultado dessa nova estratégia utilizando o câmbio, houve uma redução sistemática da taxa de inflação, de uma média de 300% no triênio anterior para 91,7% em 1977 e 40,2% em 1978 (YÁÑEZ, 1984)¹⁷.

Por fim em 1979 foi adotado o congelamento da taxa de câmbio a 39 pesos por dólar, que significou a adoção completa de um enfoque monetarista em economia aberta – o enfoque monetário do balanço de pagamentos - em substituição ao enfoque monetarista de uma economia fechada que concebia a inflação como atrelada a causas

¹⁵ De um nível de 9% em 1974 para 16,3% em 1976. Quando se inclui nesta cifra o Programa de Emprego Mínimo (PEM)¹⁵, implementado pelo governo em 1975, a taxa de desemprego (desempregados mais o PEM como proporção da força de trabalho) passa de 9,2% em 1974 para 21% em 1976¹⁵ (FOXLEY, 1982, p.24).

¹⁶ A tendência de valorização pode ser observada no índice do câmbio real efetivo, que passou de 100,2 em 1975 para 87,4 em 1979, e chegaria em 1981 em 67,5 (RAMOS, 1989, p.26).

¹⁷ Os índices de Córdazar e Marshall (1980) são similares: 84,2% em 1977, 37,2% em 1978.

unicamente monetárias (FFRENCH-DAVIS, 1984; RAMOS, 1989)¹⁸. Como resultado, a inflação cedeu ainda mais, para aproximadamente 35% entre 1979 e 1980 e 19,7% em 1981 (YAÑEZ, 1984).

Outro aspecto caracterizador da segunda fase foi de forte crescimento econômico. A redução da inflação aliada a forte entrada de capitais externos atraídos pelas taxas de juros reais altas contribuíram para o aumento dos salários reais e da produção, recuperando o crescimento econômico em taxas elevadas do PIB (FOXLEY, 1982; RAMOS, 1989; FFRENCH-DAVIS, 2003)¹⁹.

Em 1980 em função da até então estabilidade social e econômica, o governo pôde implantar outras reformas estruturais (LIRA, 2010). Para Ramos (1989) dentre elas, destaca o “Plano Laboral” e o “Plano Previdenciário” e a criação do mercado de capitais nacional²⁰ (LIRA, 2010).

Na terceira fase (meados de 1981 até 1983) a fragilidade da estratégia econômica do governo foi exposta, com a economia deteriorando-se profundamente. Em primeiro

¹⁸ A proposição subjacente ao enfoque monetário do balanço de pagamentos é que em uma economia aberta, sem déficit fiscal (eliminado neste ano no Chile) e com a taxa de câmbio fixo, deveria haver uma convergência entre as taxas de inflação interna e externa e também entre as taxas de juros (GATICA; MIZALA, 1990; ANGELL, 2002; FFRENCH-DAVIS, 1984; FERRER, 2004).

¹⁹ A taxa média de crescimento anual da economia chilena medida pelo PIB foi de 7,5% entre 1976 e 1980, o que contrasta fortemente com a taxa média de crescimento de -2,2% entre 1970 e 1975. A taxa de investimento recuperou-se, saindo de 12,7% do PIB em 1976 para 15,6% em 1979 (BANCO CENTRAL DE CHILE, 2001, p.30)¹⁹. Esses resultados e a capacidade de exprimir as reformas econômicas de maneira radical levaram a uma imagem de “milagre econômico” propiciado pelo modelo econômico monetarista (FOXLEY, 1982; VALDÉS, 1995; FFRENCH-DAVIS, 2003).

²⁰ No primeiro estabeleceu-se a negociação coletiva ao nível de cada unidade produtiva num contexto de abertura comercial, com o objetivo de forçar salários abaixo e a barganha de aumentos salariais pelos aumentos de produtividade. No Plano Previdenciário, o autor destaca o aumento da idade de aposentadoria e a redução dos benefícios dos aposentados. Ademais, houve a adoção para a “capitalização individual”, isto é, o Estado garantia um piso mínimo para todos, mas o trabalhador fazia aportes individuais com a administração privada. Já a criação do mercado de capitais baseava-se na implantação dos mecanismos de mercado em substituição aos estatais, que tinha a característica de ser um sistema de crédito subsidiado e com muitos vícios. Além disso, houve o esforço no sentido de eliminar restrições sobre a liberdade da taxa de juros e a revogação de leis que freavam atuação dos bancos estrangeiros (RAMOS, 1989, p.31). A redução do tamanho do Estado mediante processo de privatização, tido como de suma importância pelos tecnocratas, foi instrumentalizada em boa parte durante 1975 e 1980 (atravessando as três fases). Além das empresas que sofreram intervenção do governo da Unidade Popular, o Estado chileno possuía através da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) 300 empresas estatais em 1973. Este número foi reduzido para 24 em 1980, das quais a metade ainda estava em processo de privatização. Além dessas empresas, havia mais uma dúzia de empresas que dependiam de organismos do governo que não faziam parte da CORFO, entre elas as corporações do cobre e do petróleo.

lugar, a redução das tarifas externas e valorização da moeda barateava as importações e desestimulava as exportações, com a conseqüente deterioração da balança comercial e da conta corrente, a medida que essa dinâmica ficava altamente dependente do fluxo de capitais estrangeiros. Em segundo lugar, em função do distanciamento entre as taxas de inflação interna e externa e também das taxas de juros reais domésticas e internacionais os desequilíbrios do balanço de pagamentos e do endividamento externo foram potencializados, levando a economia à crise econômica (RAMOS, 1989).

A estabilização inflacionária ocasionou graves efeitos no equilíbrio externo levando a maior recessão da América Latina à época, acarretando em diversas quebras de empresas do setor agrícola, industrial e de construção (FFRENCH-DAVIS, 2003). Os indicadores macroeconômicos apresentados por Ramos (*op. cit.*, p. 34) e Ffrench-Davis (1984, p.35) sinalizam a magnitude da recessão. O primeiro mostra que o PIB per capita caiu 15,7%, e a taxa de desemprego com os programas de emergência incluídos subiu ao nível de 30%; enquanto o segundo apresenta uma contração do PIB de 14% em 1982 e uma queda na produção da indústria de transformação de 22%. O crescimento insatisfatório da economia chilena entre 1973 e 1982 pode ser explicado em parte pela diminuição da taxa de investimento²¹.

Contraditoriamente ao discurso neoliberal, a intervenção do Estado chileno freou o colapso financeiro. Um conjunto de fatores, como a incerteza que pairou sobre as finanças do sistema bancário e o corte do financiamento externo, terminaram por estimular uma fuga de capitais que fizeram com que as autoridades monetárias desvalorizassem a moeda (RAMOS, *op. cit.*; ANGELL, 2002; LIRA, 2010). A magnitude total das sucessivas desvalorizações cambiais foi de 95% entre junho de 1982 e 1983 (FFRENCH-DAVIS, 1984, p.17).

Na Argentina, após o golpe de 24 de março de 1976, a institucionalização do regime se deu por meio da ascensão de uma Junta Militar, sob a presidência do chefe do exército Jorge Rafael Videla, dando início ao autodenominado Processo de Reorganização Nacional. As intenções do regime instituído eram eliminar as ameaças

²¹ A formação bruta de capital fixo como proporção do PIB²¹, em média, ficou no nível de 14% no período, bem inferior ao nível dos períodos de 1950-1959 e 1960-1972, quando respectivamente a taxa de investimento era de 20,6% e 18,5% (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p.164-165).

subversivas – identificadas no peronismo e nas guerrilhas - dar fim a corrupção e superar a crise econômica (CANITROT, 1980; TORRE; RIZ, 2002; FERRER, 2004).

Do ponto de vista econômico, é consenso na literatura que um dos motivos que levou a mudança nas políticas econômicas pelo regime autoritário, inclinando-se para o monetarismo, foi o das mudanças e frustração do crescimento econômico a partir da estratégia da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), iniciada em 1930 e fortalecida no pós-guerra (CANITROT, 1980; RAMOS, 1989; RAPOPORT, 2000; FERRER, 2004).

A frente do programa econômico, José Alfredo Martínez de Hoz foi escolhido estrategicamente para o Ministério da Economia, que gozava de grande prestígio frente aos setores liberais e também no exterior com os círculos financeiros internacionais. O *Consejo Empresario* era o órgão mais forte de posições liberais, e seu presidente até 1976, não era ninguém menos que Martínez de Hoz. (CANITROT, 1980).

Convocado pela Junta Militar, o novo ministro da Economia discursou em Cadeia Nacional e de Radio e Televisão, no dia 2 de abril de 1976, anunciando o *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*, (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981, p.9). Ao contrário do Chile, em que os Chicago Boys tiveram um tempo anterior para a elaboração e sistematização de um plano econômico, redigido em um documento, Martínez de Hoz anunciou ao país suas intenções, discurso que foi transcrito e se encontra em Martínez de Hoz (1981b).

Assim como no caso chileno, Ramos (1989) divide a gestão da política macroeconômica do regime militar argentino em três fases. A primeira entre abril de 1976 e maio de 1978, a segunda entre maio de 1978 e inícios de 1981, e a terceira a partir de 1981 até 1983.

Na primeira fase (os dois primeiros anos), a política econômica concentrou-se no controle de salários e num câmbio real externo desvalorizado. Tais medidas propunham a melhora no balanço de pagamentos através da elevação dos preços relativos dos produtos agropecuários e o controle inflacionário no curto prazo.

Assim que assumiu o Ministério da Economia, o setor externo foi eleito por Martínez de Hoz como uma das áreas mais críticas da situação econômica do país, conseguindo um empréstimo *stand-by* com o FMI no valor de US\$ 300 milhões e mais

100 milhões com um conjunto de bancos privados liderados pelo *Chase Manhattan*, impedindo a insolvência externa (TORRE; RIZ, 2002, p.129). Para contornar o problema do balanço de pagamentos, deu-se fim às múltiplas taxas de câmbio, e incorreu-se em desvalorizações cambiais. Além disso, iniciou-se a liberalização comercial com a redução de retenções sobre exportações de produtos agropecuários, redução das tarifas sobre importações da média de 90% para 50% (CANO, 2000; RAMOS, *op. cit.*, p. 52).

A política anti-inflacionária do governo, de inspiração ortodoxa, combinou congelamento dos salários nominais por três meses e um forte ataque contra a organização dos trabalhadores através da intervenção direta nos sindicatos, dissolução da CGT, suspensão das atividades sindicais e direito de greve, reformas da *Ley de Contratos de Trabajo*, etc.. (RAPOPORT, 2000; TORRE; RIZ, 2002; FERRER, 2004). Dado que ao mesmo tempo em que os salários nominais se encontravam congelados, dava-se início a liberalização de preços, houve uma diminuição abrupta dos salários reais, que após 5 meses eram 40% menores do que o nível de 1972 (TORRE; RIZ, 2002, p.129). Outros resultados da política salarial foram a redução da participação dos trabalhadores da renda nacional e o desmantelamento dos sindicatos (FERRER, 2004).

Em meados de 1976 a inflação parecia ser um problema resolvido pelo congelamento dos salários e redução do consumo, porém assim que liberou os salários novamente houve um incremento da inflação importante (ainda que não tenha voltado ao nível inicial). Esse aumento da inflação aumentou em muito as expectativas inflacionárias. Isto fez com que a equipe econômica tenha que tomar uma medida ~~que ia~~ contra a formulação do plano: congelamento de preços por 120 dias (entre março e junho de 1977), que não se efetivou para o controle inflacionário (RAPOPORT, 2000; TORRE; RIZ, 2002).

Por outro lado, o déficit público sofreu diminuição pela metade, situando em torno de 8,4% do PIB no final de 1976 (TORRE; RIZ, 2002, p.129). Outro dado que aponta para essa diminuição é a redução de 2/3 do déficit público entre 1976-1978 (RAMOS, 1989, p.51). Essa redução se deveu ao aumento da arrecadação real e a redução salarial dos empregados públicos em cerca de 40% (RAPOPORT, 2000). Para Torre e Riz (2002) a redução salarial permitiu reduzir gastos governamentais sem consequências negativas sobre o desemprego, que era uma preocupação da Junta Militar. Já Ramos (1989), além

de enfatizar a importância da redução dos salários para a diminuição, dá um peso importante para a inversão pública, que aumentou de 9% para 13% do PIB no período inteiro, visando diminuir o impacto sobre o crescimento econômico e na taxa de desemprego, que se manteve baixa durante todo período do regime militar, que era um veto militar (RAMOS, 1989, p.51-52).

Sobre a inversão pública, Ramos (1989) enfatiza que se trata de uma particularidade o fato de que na experiência argentina, ao contrário do Chile, houve certo pragmatismo e hesitação na redução da inversão pública, para evitar uma elevada queda no nível da atividade econômica tal como ocorreu no Chile²² (RAMOS, 1989).

Na segunda fase (1978-1981) houve uma mudança do enfoque estabilizador, da política monetária restritiva implantada na fase anterior para um enfoque na balança de pagamentos (monetarismo de economia aberta) que levou a uma crescente valorização real da taxa de câmbio, que por outro lado aumentou a vulnerabilidade da economia, abrindo caminho para a crise (CANITROT, 1980; RAMOS, 1989). A reforma financeira foi colocada em prática em julho de 1977, mas é aqui explicada conjuntamente na segunda fase devido a sua importância, e relação com a liberalização comercial como pontos centrais do modelo econômico argentino, conforme vários trabalhos tais como Canitrot (1980), Rapoport (2000), Ferrer (2004,2016).

Conforme, Ramos (1989) adverte, os objetivos de políticas de estabilização e reformas estruturais se confundem temporalmente durante as três fases. O tratamento dessas questões no que Ramos (1989) chamou de “segunda fase” se justifica em primeiro lugar para fins expositivos e também porque é possível observar um grau de complementaridade entre esses três campos de medidas. Por exemplo, Ferrer (2004) enfatiza que havia três objetivos fundamentais da política econômica em geral, abertura comercial, distribuição da renda e a reforma financeira e um instrumento decisivo, taxa de câmbio. Os outros trabalhos também ressaltam a centralidade da abertura comercial e da reforma financeira na estratégia macroeconômica do novo governo.

²² A singularidade do aumento dos investimentos públicos é ressaltada em vários trabalhos (FAUSTO; DEVOTO, 2004; CANITROT, 1980; HEREDIA, 2004; CANELO; 2008). Em um mesmo sentido, Fausto e Devoto (2004) indicam isso como uma evidência da não correspondência entre a política econômica e o modelo liberal, afirmando que a não redução dos investimentos públicos se deveu ao temor que as consequências em termos de bem-estar abrissem brecha para críticas ao regime.

Conforme Ferrer (2004, p.305) a abertura se desenvolveu em duas partes: a primeira flexibilização dos investimentos estrangeiros, em pé de igualdade com o nacional e em segundo lugar uma série de medidas. Houve redução tarifária das exportações não tradicionais e rebaixamento de tarifas sobre produtos manufaturados da média de 90% para 50% entre 1976 e 1978, e na segunda fase foi intensificada de um nível médio de 50% para 35% em 1981 e 20% em 1984²³ (RAMOS, 1989, p.52-54).

Houve duas frentes também na distribuição de renda, o funcional e o intersetorial. O funcional (a política trabalhista), já exposto. Na questão intersetorial a estratégia foi a transferência de recursos das atividades urbanas e industriais para o setor agropecuário pela redução dos impostos sobre exportações tradicionais. Ainda, houve outro canal de transmissão de distribuição de renda: dos produtores de bens *transables* internacionalmente como manufaturas para os setores produtores de bens *no transables*, como o de serviços (FERRER, 2004).

A reforma financeira cumpria uma função central da nova estratégia de longo prazo. A reforma visava substituir o esquema de financiamento “industrialista”, imperante no modelo de industrialização argentina antes de 1976, por um esquema “eficientista” nas denominações usadas por Canitrot (1980). A reforma financeira se mostrou débil para alcançar seus objetivos. O programa básico, a convergência entre as taxas de juros internas e externas também não ocorreu, embora tenha sido instituída a liberdade de movimentação de capitais. A explicação se deve ao fato que a taxa de inflação foi paulatinamente superior às taxas de desvalorização programadas pelo governo, aumentando o atraso cambial, que aumentava o risco de uma significativa desvalorização cambial. Neste contexto, o fator de risco da desvalorização esperada pelos agentes econômicos eleva a taxa de juros interna em uma porcentagem similar, afastando-as das taxas de juros internacionais (RAPOPORT, 2000).

²³ Conforme Torre e Riz (2003) e Ramos (1989) a abertura comercial fazia parte de um conjunto de medidas mais ambiciosas, no sentido de mudar o próprio modelo de desenvolvimento para uma estratégia de crescimento “para fora”. Com a abertura comercial esperava-se *a priori* que os preços internos (especialmente os industriais) abajassem pela elevação da concorrência, e se efetuasse uma maior eficiência na alocação de recursos em longo prazo como parte de uma estratégia de desenvolvimento de cunho neoliberal.

Como resultados da reforma, primeiramente verificou-se que o sistema financeiro ocupou um lugar importante apenas no financiamento de curto prazo, e que Estado mantinha sua importância nos investimentos de longo prazo. Em segundo lugar, os investimentos aumentaram em 1977 e depois iniciaram uma queda constante, apesar do aumento da poupança no setor financeiro, aumentando as críticas da noção de que a iniciativa privada possui maior eficiência na alocação dos recursos. Em suma, a reforma financeira não debelou a inflação e não foi capaz de aumentar a inversão, e pelo contrário estimulou a especulação (RAPOPORT, 2000).

Em 1977 a inflação anual estava num nível de 180%. A política monetária restritiva não alcançava os efeitos esperados de forma rápida. Ao contrário do Chile, os militares vetaram o desemprego como consequência da diminuição da inflação, em função dos possíveis constrangimentos sociais e políticos advindos do aumento do desemprego (RAMOS, 1989). O aumento da inversão pública permitiu que a média formação bruta de capital fixo como proporção do PIB do total da economia se elevasse levemente de 19% entre 1960-1972, para 20% entre 1973-1982 (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p. 164-165). Essa preocupação mostra sinais de que o regime militar argentino era mais suscetível a influência dos grupos da sociedade nas decisões econômicas.

Assim, Martínez de Hoz alterou em algum grau o diagnóstico do problema inflacionário, passando a conceber a inflação como resultante das expectativas dos agentes econômicos, que adotavam medidas defensivas em um cenário de incerteza. A partir do novo diagnóstico, passou-se a conceber a política cambial como instrumento fundamental para a estabilização inflacionária, aliado também aos reajustes pela mesma regra nas tarifas públicas (TORRE, RIZ, 2002; CANO, 2000a). A política cambial implementada a partir de dezembro de 1978 na administração do câmbio ficou conhecida como *tablita*²⁴. A estratégia para a estabilização inflacionária assentada na taxa de

²⁴ Após uma desvalorização inicial de 5,23%, houve progressivamente desvalorizações programadas decrescentes – as taxas de desvalorização cambial seriam menores que a taxa de inflação interna - até alcançar um câmbio fixo em 1981. O índice da taxa de câmbio real efetiva abaixou de 102 para 69,2 em 1980 (RAMOS, 1989, p. 48).

câmbio, e amparada na abertura ao exterior e na reforma financeira, completavam o enfoque monetário do balanço de pagamentos, tal como descrito para o caso chileno.

Como resultado da nova estratégia anti inflacionária pode-se apontar a desaceleração tardia do processo inflacionário, para 175% em 1978, 160% em 1979 e 100% em 1980 (RAMOS; 1989; CANO, 2000a). Apesar da desaceleração, nos anos do regime militar a inflação nunca cedeu abaixo dos 100% e não houve convergência com a taxa de inflação internacional, o que contrasta com os resultados nessa matéria na experiência chilena (CEPAL; INDEC *apud* RAPOPORT, 2000, p.796).

Do ponto de vista do setor externo, *tablita cambial* gerou consequências explosivas: o atraso cambial para desacelerar a inflação, ao estimular as importações e desestimular as exportações, requereu uma crescente deterioração do saldo da balança comercial e de conta corrente, que por sua vez demandava crescentes taxas de juros para estimular a entrada de capitais estrangeiros pra financiar esse déficit (CANITROT, 1980; RAMOS, 1989; FAUSTO; DEVOTO, 2004). Nesse contexto, os setores produtivos se viram asfixiados pelas altas taxas de juros com repercussões negativas sobre a produção e emprego, e a crise se alastrou para o sistema financeiro caracterizado pela especulação (CANITROT, 1980; RAMOS, 1989; FAUSTO; DEVOTO, 2004).

No total a taxa de crescimento média do PIB no período de 1976 a 1983 foi, na ordem de -0,6. No subperíodo entre 1975-1980 foi 1,9%. É menor mesmo se compararmos com outros períodos históricos de pouco crescimento, por exemplo, entre 1970 e 1975 o PIB cresceu 2,9% (CEPAL, 1984, p.145-146). Assim como no Chile, na segunda fase, quando implementou-se a nova política cambial, o crescimento econômico foi um pouco mais expressivo. (RAMOS, 1989; CANO, 2000a). Em 1979, (com a entrada de capitais) e 1980 o PIB cresceu respectivamente 7,1% e 1,4% (CEPAL, 1981, p.120-121).

O lento crescimento econômico não se expressou em elevadas taxas de desemprego na Argentina, na verdade, a taxa de desemprego se situou a baixo de 5% em todo o período, com mínima no período da segunda fase, menor que 3% ao ano (RAMOS, 1989, p.76). Para explicar porque o desemprego na Argentina se manteve em níveis tão

baixos diferentemente do Chile, o autor enumera uma série de hipóteses, das quais se destaca a manutenção em níveis elevados da inversão pública²⁵.

Na terceira fase, os desequilíbrios do setor externo explodem na Argentina. A crise na balança de pagamentos e o comprometimento da solvência do sistema financeiro argentino são explicados pelo autor por duas razões. Primeiramente, a valorização cambial causou a perda de mercados internos e externos para muitas empresas, ocasionando déficits na conta corrente. Segundo, em função do risco cambial atrelado a esses déficits, optou-se pelo aumento da taxa de juros real em 1981, que já vinha permanecendo em níveis altos nessa segunda fase, causando maiores custos financeiros para as empresas. Assim, a reduzida credibilidade da política cambial do regime e os citados desequilíbrios macroeconômicos incentivaram a fuga de capitais com a pressão nas reservas internacionais obrigaram o governo a incorrer em desvalorizações cambiais em uma magnitude que quintuplicou o câmbio durante o ano de 1981 (TORRE; RIZ, 2002; RAMOS, 1989).

3. A INTENCIONALIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA: OS PLANOS ECONÔMICOS E AS DECLARAÇÕES PÚBLICAS

3.1 O *El Ladrillo* e o *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*

Os dois planos econômicos prezavam por um enfoque global. A principal diferença na questão é o *timing* e a adaptação na implementação das políticas econômicas liberais, pois no caso Argentino projeta-se um maior gradualismo na condução da gestão econômica, o que é refutado pelo programa econômico chileno. De

²⁵ Outras explicações foram 1) as quedas no produto não foi tão grande e as empresas as viram como transitórias; 2) o desenvolvimento da atividade ocupacional por conta própria após a demissão dos desempregados; 3) Como no começo havia uma proporção importante de empregados estrangeiros, as demissões podem ter recaído mais que proporcionalmente a este segmento da força de trabalho; 4) A população em idade de trabalhar cresceu apenas 1% na Argentina, e 2% no Chile; 5) A prática de ter dois trabalhos era comum na Argentina, e assim, com a perda de somente um emprego, pode ter alterado os números de desemprego.

igual modo, essas políticas seriam neutras em relação a distribuição da renda e dos custos da mudança entre os distintos agentes econômicos, que seriam grandes. Uma especificidade foi que programa chileno é mais desenvolvido no quesito de direcionar políticas específicas, mesmo dentro de uma acepção liberal do problema, superando a simples proposição de neutralidade da política econômica (DE CASTRO, 1992; MARTÍNEZ DE HOZ, 1981).

Outro ponto em comum refere-se a crítica da intervenção estatal na economia e a necessidade de uma transformação para um Estado menor e descentralizado. Todavia, um aspecto importante marca uma diferença nos modelos idealizados de Estado. Na Argentina, de forma específica, o documento notabiliza-se por uma ênfase excessiva na construção de obras públicas de infraestrutura, que necessariamente deveria ser conduzida pelo Estado. Ao contrário no Chile, o plano esboça que a redução do papel do Estado passava pela diminuição da execução direta de obras públicas, e que as obras de infraestrutura passariam a ser responsabilidade dos investimentos privados.

A despolitização do Estado, da economia e a neutralidade das políticas econômicas são aspectos imbricados na ação idealizada dos dois planos. Em especial, os sindicatos e a disciplina salarial é são postas como urgente, pois a política salarial e a pressão histórica por maiores reajustes contribuíram diretamente para a inflação, pelo conflito distributivo²⁶.

A inflação ainda seria resolvida nos dois casos pela alteração da situação fiscal, com o aumento da arrecadação e diminuição dos gastos. Porém enquanto o programa chileno entendia ser imprescindível um tratamento de choque contra a inflação, na Argentina o gradualismo no combate ao processo inflacionário é uma marca importante, que se manifesta na redução gradual do déficit público, na redução gradual dos repasses às províncias com a justificativa de não deprimir a atividade econômica e o emprego demasiadamente.

²⁶ Mesmo que haja reconhecimento que os empresários tiveram um importante papel em relação ao modo como o Estado e a industrialização se deram nos países, em busca de interesses políticos e econômicos, a ênfase maior dada refere-se aos trabalhadores e sindicatos e sua ação desestabilizadora e conflituosa, causando distorções nos sistemas econômicos - dentre elas o baixo crescimento econômico e a inflação.

Uma importante política para a nova função do Estado e a nova estratégia de desenvolvimento econômico seria a nova política de preços, longe de regulamentações, interferências e controles sobre os preços dos produtos. Ambos planos baseiam-se na crítica ao modelo de ISI. Apesar disso, os economistas no Chile possuíam uma crítica mais radical em relação ao processo de industrialização, que privilegiou o restrito mercado interno e não os setores exportadores, que gozavam de vantagens comparativas, implicando em um deficiente crescimento econômico. Na mudança no modelo de crescimento, a indústria deveria se adaptar e especializar na produção de bens em que há vantagens comparativas para a elevação das exportações não tradicionais. Na Argentina, a indústria parece ter um papel mais importante do que a simples necessidade de especialização produtiva para exportação, apesar de também presente. O papel do seu desenvolvimento no mercado interno também parece ser concebido como relevante.

A responsabilidade pelo baixo crescimento econômico e a situação geral das economias era colocada nas políticas de comércio exterior e também no sistema financeiro dos dois países. A política cambial é enumerada nos dois planos, que a característica histórica de sobrevalorização cambial teria desestimulado os setores exportadores da economia e, portanto, a nova política deveria seguir o sentido de desvalorização. Entretanto, na Argentina a readaptação a uma nova política cambial é planejada como gradual, não sendo uma mudança drástica a um só golpe. Em nenhum dos dois programas econômicos, vislumbra-se a utilização da taxa de câmbio como um instrumento de combate a inflação²⁷. Já o problema do mercado financeiro para ambos programas refere-se a afirmativa que o Estado através de seus controles sobre a alocação dos recursos e sobre a taxa de juros (que a tornam em termos reais negativas) e relacionamentos políticos com empresários, não permite a canalização de crédito eficiente para aqueles projetos de investimento realmente rentáveis. Um dos principais pontos seria lograr taxas de juros reais positivas e o fim dos favores políticos e discriminação entre setores produtivos.

²⁷ A política tarifária é elaborada como condicionante apenas no Chile, cujo caráter protecionista teria estimulado a importação de bens essenciais (produtos agrícolas, que tinham vantagem comparativa no país para exportar) e estimulado a produção nacional de bens não essenciais (em maioria bens industriais que poderiam ter sido adquiridos a um menor custo e quantidade nos mercados mundiais). Na Argentina, não há menções sobre a política tarifária.

3.2 O desenvolvimento dos programas econômicos nas declarações públicas

Passa-se agora a sistematização dos principais aspectos da política econômica dos dois regimes militares, quando se considera as declarações efetuadas a partir do desenrolar dos acontecimentos. Elas não são analisadas em si mesmo, mas também relacionadas com os planos econômicos de cada país, e ainda relacionada com a bibliografia referente às disputas entre economistas nos regimes.

A diferenciação entre “curto prazo” e reformas econômicas de longo prazo foi realizada apenas para fins de apresentação, mas a documentação sugere em ambos os casos estudados que as reformas econômicas eram planejadas e implementava-se algumas medidas iniciais para a sua concretização. Os problemas enfatizados tanto pelos ministros da Economia e Fazenda chilenos, respectivamente, General Rolando González (1978) e Contra-Almirante Lorenzo Gotuzzo (1978a), quanto de Martínez de Hoz (2016b; 2016i), mais imediatos de ambas economias eram a inflação e o déficit orçamentário, o déficit do balanço de pagamentos, o controle generalizado de preços, mercados negros de produtos (decorrente do desabastecimento no Chile) e de divisas (Argentina)²⁸.

Mas paralelamente as reformas econômicas e institucionais já entravam nas pautas do governo, visando não só o combate da manifestação dos problemas, como também alterar aqueles fatores que na percepção dos formuladores de política econômica seriam as principais causas, isto é, o modo de estruturar a economia. As reformas visavam assim alterar a estrutura e o modo de organização econômica e social das economias chilena e argentina. No Chile desde os primeiros meses de governo estiveram no horizonte dos ministros, mesmo no período em que o militar Lorenzo Gotuzzo esteve no Ministério da Fazenda, o que sugere um grau de importância e influência do *El Ladrillo*, que foi conhecido antecipadamente, no modo de planejar as medidas econômicas, mesmo quando os *Chicago Boys* não haviam se consolidado no governo. A abertura comercial (GOTUZZO, 1978c) e a reforma da previdência (LÉNIZ; GOTUZZO, 1978; LÉNIZ; DE

²⁸ De maneira geral implementou-se medidas de liberação de preços, desvalorização cambial, aumento de impostos, redução de gastos públicos. Não há significativas diferenças em relação a proposição contidas nos planos econômicos, que neste item continham a mesma perspectiva.

CASTRO, 1978) parecem ser a prioridade desde o início do governo Pinochet²⁹. Na Argentina, a ênfase maior refere-se à questão do sistema financeiro, mas medidas em direção a abertura comercial e a questões trabalhistas foram aplicadas³⁰. As privatizações avançaram mais no caso chileno com um considerável número de privatizações, do que na Argentina, que se limitou a realizar basicamente a “reprivatização” e a privatização periférica, com grandes problemas para avançar (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016d, 2016c).

Um tema caro às experiências é a inflação. Apesar de um diagnóstico comum nos planos econômicos, que se diferenciava pelo tratamento de choque para o Chile e gradual para a Argentina, a documentação destoa do diagnóstico e da estratégia anunciada inicialmente. A análise dos planos econômicos indicou que ambas as experiências compartilhavam do mesmo diagnóstico inicial, mas diferenciaram pelo tratamento: de choque para o Chile e gradual para a Argentina. A análise da documentação relativa às declarações públicas indica novos elementos. De maneira geral, em 1973 e 1974, e principalmente após a posse de Jorge Cauas no Ministério da Fazenda, a estabilização da inflação é percebida como gradual, preocupada com custos sociais em relação a renda, produção e emprego. Este é um ponto interessante, já que o gradualismo estava relacionado ao fracasso no plano econômico chileno. É somente quando do anúncio do *Programa de Recuperación Económica*, anunciado pelo próprio Jorge Cauas, e em um contexto de crise internacional, que se realiza uma mudança rumo a uma maior radicalidade em matéria de estabilização, combinando o instrumento de redução do déficit fiscal com a valorização real da taxa de câmbio (CAUAS, 1978a, 1978b). Essa maior radicalidade foi exacerbada nos discursos de Sérgio de Castro, ao substituir o ministro no fim de 1976, que levou em prosseguimento a política cambial como estratégia anti-inflacionária, culminando na sua fixação total no fim da década (DE CASTRO, 1978).

²⁹ Falava-se e foram tomadas algumas medidas em matéria da reforma de previdência com maior ênfase, mas também reforma do sistema financeiro, abertura comercial, privatizações, lei anti-monopólios. A abertura comercial foi iniciada já em 1974, e durante todo o governo alguns ajustes na questão previdenciária foram realizados, visando a reforma integral que só se consolidou totalmente em 1980, juntamente com o “*Plano Laboral*”, em um contexto de melhores resultados em termos variáveis-chave na percepção dos economistas e do governo (DE CASTRO, 1981)

³⁰ A abertura comercial foi pensada com muitas discriminações entre setores e em um prazo de efetivação de 5 anos com a previsão da tarifária máxima de 40% e mínima de 10%, enquanto no Chile, o rebaixamento das tarifas foi programado para apenas três anos, com tarifa máxima 25% e mínima 10% (MARTINEZ DE HOZ, 2016i, 2016g).

Na Argentina, as mudanças em comparação com o próprio diagnóstico inicial foi mais brusca, mas não no sentido contrário, mas acentuando os tons pragmáticos da política que já era considerada gradual. No início, o tratamento da inflação era gradual, visando compatibilizar com a reativação econômica do país (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016f). Em 1977 Martínez de Hoz surpreende com a “trégua de preços”, na qual cobrava aos empresários um esforço no sentido de que em período temporário não aumentasse os preços dos produtos (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016e). O diagnóstico da inflação afastava-se progressivamente da concepção tradicional de emissão do déficit público, para incluir com cada vez mais importância a questão da indexação contida na mentalidade da população e da emissão devido a fatores advindos do setor externo e Conta de Regulação Monetária. Por fim, o governo argentino também deixou o câmbio se valorizar em termos reais para produzir uma redução do ritmo inflacionário, o que não ocorreu³¹.

Os custos suportados pelo governo em relação aos setores produtivos e a sociedade em geral é outro assunto que pode ser tratado a partir da documentação. Dentre medidas destaca-se que entre 1973 e 1974 a inversão pública aumentou e outras medidas paliativas para os setores mais pobres, como a antecipação de pagamentos de salários, inclusão de bonificação, auxílio desemprego, um programa de emprego mínimo, etc... (GOTUZZO, 1978b). Em 1975, a estratégia foi mudada com contornos mais brutais no tratamento da inflação, e uma das primeiras expressões disso foi a diminuição dos investimentos públicos e outras mudanças no setor estatal da economia. Sérgio de Castro, em seus discursos, passou a enfatizar mais os sacrifícios necessários, e que o setor privado deveria absorvê-los (DE CASTRO, 1978). Mas alguns programas paliativos continuaram, como o programa mínimo de emprego, auxílio de desemprego e maiores gastos em serviços públicos para atender a população mais pobre. Além disso, Sérgio de Castro chegou a declarar que algumas empresas permanecem com pequenos déficits apenas por considerações sociais de emprego. Embora as medidas paliativas continuassem em algum grau, a inversão pública havia diminuído. No caso argentino, os custos não eram

³¹ Mesmo quando o ministro tentou reafirmar um conceito caro a concepção tradicional da inflação, equilíbrio entre oferta e demanda de moeda, acaba por concluir que a recessão poderia piorar o contexto inflacionário, porque um maior nível de atividade econômica contribui para a elevação da demanda por ativos financeiros, reduzindo a liquidez da economia (MARTÍNEZ DE HOZ, 2011h; 2016i; 2016g).

toleráveis em termos de desemprego e descenso da atividade econômica, e várias declarações do Ministro da Fazenda convocava os empresários a não demitir e ou utilizava de instrumentos, como a inversão pública, para não permitir o aumento do desemprego massivo (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016i). Em várias ocasiões também prezou-se pela combinação de combate a inflação e aumento da atividade econômica. Em termos de emprego e inversão pública, Martínez de Hoz externaliza como articulador, dois sinais, provavelmente para agradar determinados setores da sociedade, como os militares e os críticos. Esta certa “vacilação” se reflete primeiramente na inversão pública, ora declarando que os imperativos legais e os herdados em relação as obras não concluídas da gestão do governo anterior não permitiram a redução (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016f), ora anunciando projetos de longo prazo de inversão pública (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016a, 2016j). De igual maneira, ao mesmo tempo em que discursa se defendendo das críticas quanto à diminuição do funcionalismo (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016f), afirma que o processo não seguiu pela situação de recessão do país, e ainda pontua como positivo as baixas taxas de desemprego vigentes no país, ao contrário do Chile, que a inflação abaixou, mas as taxas de desemprego eram elevadas (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016j).

A estratégia de crescimento em ambos os casos eram orientadas para os setores primário-exportadores principalmente, como foi depreendido da análise dos planos econômicos. Ainda foi entendido que embora buscassem a mesma orientação exportadora, o caso argentino era mais pragmático em relação ao setor industrial e o mercado interno. A análise se mantém para o Chile, até mesmo na fase em que os ministros militares permanecem no governo, a estratégia exportadora dos setores, contra o esgotado modelo de substituição de importações é visualizada (GOTUZZO, 1978a). Todavia, Martínez de Hoz novamente emite sinais diversos na questão da estratégia de desenvolvimento. Em certos discursos, na fase final de sua gestão, entre 1978 e 1981, possibilita o entendimento de uma ruptura total, aos modos como ocorreu no Chile, enfatizando a limitação do mercado interno (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016i), mas em outros momentos, o mercado interno é justificado e exaltado pela contribuição à reativação econômica, assim como projetos industriais implementados pelo Estado, e outras medidas de estímulo à indústria conectada com o mercado interno (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016h). Em relação ao relacionamento com os setores produtivos, as respostas

às críticas são abertas pelos economistas chilenos, e em especial dos *Chicago Boys*, que além de criticar o passado desenvolvimentista do país atrelado a influência dos grupos industriais e dos sindicatos, prezam pela submissão dos grupos organizados pela disciplina ao combate da inflação e à reestruturação produtiva do país, absorvendo os custos necessários. Na experiência Argentina, no início do regime militar Martínez de Hoz preza pela interlocução com os diversos setores da economia, e em especial com o setor de sua origem social, a agricultura (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016f). Com os empresários do setor e também da indústria, inicialmente cobra esforços, mas na forma de “pactos sociais”. Porém com o desenvolvimento da política econômica, passa a enfrentar críticas de modo mais aberto, em especial a partir de 1978 - quando da mudança da estratégia anti-inflacionária e do progresso maior da abertura comercial, oportunidade que tenta passar um discurso de disciplina, agora pela via mais de eficiência produtiva dos setores industriais, e também na agricultura, que deveria aceitar as condições e dificuldades concorrência dos mercados internacionais (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016j, 2016d). Por último, o caso chileno demonstra um modelo bem elaborado em termos ideológicos e de defesa deste, ressaltando aspectos técnicos, afastando-se de interesses políticos e opiniões não fundamentadas em critérios técnicos (BARAONA, 1978a, 1978b). No caso Argentino, não foi possível visualizar nenhuma indicação a este respeito de maneira significativa.

4. AS POLÍTICAS ECONÔMICAS SOB O ÂNGULO DOS CONFLITOS DE SEUS FORMULADORES: SÍNTESE E LIMITES.

No trabalho de Loureiro (1997)³² o economista dirigente é visto como aquele que apenas passa pela política, ou seja, a passagem por órgãos públicos apenas faz parte de

³² O livro de Loureiro (1997), apesar de se concentrar no caso brasileiro, que não é objeto de estudo desse trabalho, constitui-se uma das obras importantes em termos teóricos para a pesquisa. Pela revisão de literatura, a autora aponta uma diferença marcante entre dois grupos de países no tocante a atuação dos economistas. O primeiro são os países de democracias ocidentais com estabilidade democrática, casos em que os economistas nestes países atuam como funcionários de carreira e assessores econômicos do governo. O segundo grupo de países são aqueles que possuem tradição autoritária, com democracias menos estáveis ou em processo de consolidação democrática, como é o caso dos países da América Latina, quando a forma de participação dos economistas engloba além das anteriores, mais uma específica, a de dirigentes políticos, recrutados a partir de critérios pessoais e critérios técnicos.

uma carreira profissional maior. A “[...] tecnocracia é entendida como o poder de tomar decisões de matéria econômica, atribuído por governantes e especialistas, em função basicamente de sua competência técnica” e o poder tecnocrático quando essas decisões não são alvos de questionamentos por partes dos grupos e da sociedade, ou seja, quando o técnico não presta contas, como o é normalmente em regimes autoritários³³ (LOUREIRO, 1997, p.16).

Neste sentido, o conceito de tecnocracia se articula com o de autonomia do Estado. Apesar de diversos temas correlatos, o tema de Loureiro (1997) é centrado na “gestão econômica e democracia” – universo de condições autoritárias ou democráticas nas quais os economistas formulam e implementam seus programas com efetividade ou não, e seu objeto a análise dos economistas como dirigentes políticos nestas condições. A análise do objeto implica entender as características do sistema político, a forma de organização burocrática do aparato estatal, e suas relações com as instituições acadêmicas formadoras deste segmento da burocracia, compreender ainda a lógica de funcionamento do meio acadêmico.

Para o caso chileno, nos interessa apontar o estudo de Valdés (2005). Este trabalho toca em dois aspectos que a bibliografia usual normalmente não menciona como condicionante da política econômica.

Primeiramente, a pesquisa do autor argumenta com base em arquivos da Agency For International Development (AID) e do Senado dos Estados Unidos, nos quais observou detalhadamente um deliberado processo transferência ideias dos Estados Unidos para o Chile³⁴. O segundo deles pode contrastado com os resultados da análise primária, de forma preliminar pode-se entender algumas questões através dialogo com esses trabalhos. Para o caso chileno, pode-se questionar inicialmente alguns aspectos da análise de Valdés (1995), especificamente a respeito das disputas entre Jorge Cauas e

³³Conforme adverte a autora, este seria um caso limite. Na verdade os termos “tecnocracia” e “poder tecnocrático” pode englobar uma gama de situações, incluindo diversos graus em sociedades democráticas não consolidadas, se houver mecanismos e instituições que obriguem o político a responder politicamente pelos atos de seus assessores e funcionários.

³⁴ Teria se dado através de treinamento do grupo de economistas chilenos e também mais tarde, pelo financiamento a entidades empresariais locais que apoiaram financeiramente a elaboração de um plano econômico para ser usado por um governo instaurado após um golpe militar (VALDÉS, 1995).

Sérgio de Castro. Para ele, havia um embate governamental forte entre estes dois economistas, no qual o primeiro preferia um tratamento mais gradual da inflação e Sérgio de Castro, um tratamento radical. Além disso, de que Cauas prezava por uma “economia mista”, e não visualizava transformações radicais na estrutura econômica chilena. De fato, duas fases do tratamento da inflação foram percebidas no discurso, “uma gradual” e outra “radical”. Porém, os discursos elaborados por Jorge Cauas contemplam essas duas fases, ou seja, foi ele mesmo, na condição de Ministro da Fazenda durante 1975 e 1976, quem anunciou o maior endurecimento na questão da inflação. Além disso, a definição de economista mista encontrada nos discursos estudados, nada mais é do que a própria definição de Estado subsidiário na concepção mais geral do regime.

Já explicitando um pouco esses aspectos, esses trabalhos enfocam a burocracia governamental a partir de conflitos. Canelo (2008) critica as interpretações usuais no sentido de expressar a ditadura militar como um poder absoluto, e mais que a ditadura foi a expressão mais completa do liberalismo econômico. O trabalho procurou demonstrar que longe de ser um bloco analítico e unificado de poder, há várias heterogeneidades e conflitos em seu seio. A autora o faz assim, identificando “*dos almas*” no Processo de Reorganização Nacional, os “nacionalistas” e os “liberais”, compostos por militares e civis, demonstrando que havia uma intensa disputada por espaços de poder por parte desses. Não obstante, a autora identifica dentro do próprio campo liberal um conflito entre “tecnocratas” e “liberais tradicionais” em relação ao desenho das políticas econômicas aplicadas, demonstrando o predomínio dos primeiros sobre o segundo na definição da política econômica até o fim da gestão Martínez de Hoz.

Especificamente, as disputas hegemônicas entre liberais e suas repercussões na política econômica se constituem o objeto de Heredia (2004)³⁵ que se assemelha em muitos aspectos sobre os trabalhos anteriores, mas que consegue avançar em alguns aspectos, nos permitindo entender, inclusive, alguns limites da análise de Loureiro

³⁵ A autora parte da crítica às análises usuais da literatura, que se concentram mais nas transformações socioeconômicas do que na análise do grupo que formulou e implementou as reformas econômicas. A autora coloca em questão essa pretensa unidade do gabinete econômico de Martínez de Hoz, direcionando a análise para a existência de dois grupos de economistas no seio do gabinete especialmente os economistas liberais profissionais e seus centros de estudos, e o modo da participação da tomada de decisões de políticas econômica³⁵.

(1997), qual seja o mapeamento de três atores e grupos empresariais – que conformaram uma rede extensa de apoio e financiamento de várias outras empresas, e sua influência na difusão das ideias liberais e na formação técnica dos economistas que ascendem posteriormente nos órgãos governamentais, assim como o fez Valdés (1995).

É notório nos trabalhos de Heredia (2004) e Canelo (2008) que a política econômica era pressionada de um lado pelos vetos dos militares, que enfatizavam a necessidade de não haver recessão e aumento das taxas de desemprego, e por extensão não deveria haver diminuição do gasto público e dos investimentos estatais (isto é explicitado mesmo nas análises usuais da política econômica) e de outro pelos liberais tradicionais, que enfatizam a necessidade de um ajuste duro em conformidade com as promessas de início de governo. É nesta margem estreita que se dá a política econômica do período.

Particularmente, com a resistência da inflação à baixa, numa situação em que os investimentos públicos aumentavam, a estratégia anti-inflacionária mudou em fins de 1978 e início de 1979, com a implantação da nova estratégia, o enfoque no balanço de pagamentos, através da *tablita cambial* (HEREDIA, 2004). Como reação a esse novo plano, diversos representantes do liberalismo tradicional (*Consejo Empresário Argentino*, *Sociedad Rural Argentina*, e Alvaro Alsogaray) endureceram suas posições em relação ao governo a partir das críticas sobre o tamanho do Estado, as consequências para o balanço de pagamentos da sobrevalorização cambial e a perda da rentabilidade das empresas.

Na Argentina, as análises de Heredia (2004) e Canelo (2008) podem elucidar alguns comportamentos encontrados na documentação primária. Tendo este marco analítico, os resultados parciais parecem corresponder a análise das autoras. Antes de expor as razões cabe ressaltar que esses resultados foram inferidos a partir da análise apenas pelo movimento da política econômica, expressado pelos discursos de Martínez de Hoz. Desta forma, as “vacilações” e a maior firmeza ao final do mandato, encontradas em seus discursos podem ser devido ao embate, ou mesmo à ascendência adquirida pelo ministro entre esses grupos. Assim, a manutenção de baixos níveis de desemprego e a consideração pela combinação de combate a inflação podem estar condicionados aos militares e aos grupos nacionalistas. Por outro lado, os sinais diversos a respeito de

redução gradual do déficit público e dos investimentos públicos podem ser entendidos pela influência dos liberais tradicionais, militares e também dos tecnocratas. A não redução brusca do déficit público e o aumento dos projetos estatais de obras públicas pode se relacionar com os limites estreitos impostos pelos militares. O pequeno avanço das privatizações também pode ser um sinal de veto militar. De outro lado, a manutenção do discurso de diminuição dos gastos com as empresas estatais, assim como a exaltação do enfrentamento das causas tradicionais da inflação satisfazia as demandas dos liberais tradicionais. Ademais, a direção final de seu mandato, pela defesa explícita da valorização real da taxa de câmbio e do aprofundamento do programa econômico, e afastamento dos tons conciliatórios pode significar a influência maior dos tecnocratas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sugerem que em ambos países as equipes econômicas não eram monolíticas, sem conflitos, e havia vários pontos de conflitos na elaboração da política econômica, principalmente na Argentina.

A elaboração da análise empreendida neste estudo possui vários limites. Dentre eles, cabe destacar que a documentação primária possui características diferentes entre os casos. O plano econômico chileno foi elaborado antecipadamente, contendo um alto grau de sistematização e detalhamento, enquanto na Argentina, na falta de uma documentação primária similar, utilizou-se o discurso em Cadeia de Rádio e Televisão de Martínez de Hoz em 2 de abril de 1976, do *Programa de Recuperación, saneamiento y expansión*, ou seja, através de uma comunicação emitida para diferentes setores e grupos sociais. Não obstante, nas declarações públicas analisou-se por questões de fontes diversos ministros na área econômica do governo de Pinochet, enquanto na Argentina expressou-se na análise preliminar somente dos discursos de Martínez de Hoz. O prosseguimento da pesquisa implicará a busca de outros discursos, relatórios e etc... de economistas dentro e fora dos governos, buscando identificar conflitos e posições, e sua influência na política econômica.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BANCO CENTRAL DE CHILE. *Indicadores económicos y sociales de Chile: 1960-2000*. Santiago, Departamento Publicaciones de la Gerencia de Investigación Económica 2001.

BARAONA, P.A. *Compromiso de Erradicar la Extrema Pobreza*. El Mercurio. 14 de abril de 1977. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

_____. *Economía y Nueva Institucionalidad*. 24 maio 1978. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

CAUAS, J. *El Programa de Recuperación Económica del Gobierno*. 24 abr. 1975 In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

_____. *Exposición del Ministro da Hacienda, Sr Jorge Cauas*. 29 jul. 1976. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

_____. *Instrucciones para La Reduccion Del Gasto Público*. 2 maio 1975 In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978c.

CEPAL. **Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe**. NU, Santiago de Chile, vários números.

DE CASTRO, S. *El Ladrillo: Bases de la Política Económica del Gobierno Militar Chileno*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

DE CASTRO, S. *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública*. Jan. 1978 In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.

DE CASTRO, S. *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública*. Jul. 1981. Santiago: Dirección de Presupuestos, 1981.

GONZÁLEZ, R. *Las Primeras tres Etapas Económicas del Gobierno*. La Prensa 28 set. 1973. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.

GOTUZZO, L. *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública*. Out. 1973. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

_____. *Tenemos un Camino muy Difícil que Recorrer*. Canal 13. 12 Out. 1973. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

_____. *Tres años para terminar con la protección aduanera*. 7 jan. 1974. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978c.

LÉNIZ; GOTUZZO. *Exposición de los Ministros de Economía y Hacienda*. 13 jun. 1974. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978, p.65-86.

LÉNIZ, F.; DE CASTRO, S. *Entrevista al Ministro da Economia Fernando Léniz*. La Tercera. 14 jul. 1974. In: DIPRES. *Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.

MARTÍNEZ DE HOZ, J.A. *Discurso en el acto Aniversario de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires sobre el programa de inversión pública a mediano plazo*. 11 ago. 1978. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016a, p.349-355.

_____. *Discurso en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires*. 28 jul. 1976. MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016b, p.42-47.

_____. *Discurso pronunciado en la Camera Argentina de Comercio sobre la función subsidiaria del Estado, la descentralización y la apertura de la economía*. 21 nov. 1979. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016c, p.612-619.

_____. *Mensaje a todo el país por radiotelefonía y televisión, anunciando medidas de profundización y ajuste del plan económico*. 20 dez. 1978. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016d, p.442-541.

_____. *Mensaje por la cadena nacional de radiotelefonía y televisión, convocando al esfuerzo solidario de todos los argentinos*. 8 mar. 1977. In: MINISTERIO DE

HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016e, p.127-136.

_____. *Mensaje a todo país por radiotelefonía y televisión, sobre le ejecución del programa económico en 1976 y las perspectivas para 1977*. 23 dez. 1976. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016f, p. 109-114.

_____. *Palabras pronunciadas por el Sr Ministro de Economía, Dr. José A. Martínez de Hoz, en el mensaje dirigido al país al finalizar su gestión de cinco años al frente de la cartera a su cargo*. 12 mar. 1981. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016g, p.951-964.

_____. *Política Agropecuaria Argentina*. 27 jun. 1976. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016h, p.28-30.

_____. *Política de Precios*. 12 abr. 1976. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016i, p.16-18.

_____. *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*. In: PALACIO DEHEZA, C. *El plan Martínez de Hoz y la economía argentina*, Buenos Aires, Corregidor, 1981, p. 346-384.

_____. *Reportaje efectuado en el programa “Análisis a fondo”, canal 9, sobre política cambiaria y otros temas de actualidad*. 20 mar. 1979. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. *Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016j, p.475-478.

Bibliografía

ANGELL, A. Chile, 1958-c. 1990 (cap. 6) In: BETHELL, Leslie (org). *Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930*, Barcelona, Crítica, vol. 15, 2002, p. 255-213.

BIELSCHOWSKY, R. Introdução geral. In: _____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 11-29.

CANELO, P. *Las dos almas del Proceso: Nacionalistas y liberales durante la última dictadura militar Argentina (1976-1981)*. **Páginas (Rosario): Revista Digital de la Escuela de Historia**, v. 1, n. 1, 2008, p. 69-85.

CANITROT, A. *La disciplina como objetivo de la política económica. Un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976*. **Desarrollo económico**, 1980, p. 453-475.

CANO, W. Argentina: a macroeconomia decretada. In:_____. **Soberania e Política Econômica América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000a, p.81-158.

CANO, W. Chile: o falso paradigma. In:_____. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000b, p.293-346.

CANO, W. Soberania e política econômica: o retrocesso pós 1979. In:_____. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000c, p.11-80.

CÓRTAZAR, R; MARSHALL, J. *Índice de precios al consumidor en Chile: 1970-1980*. Colección de Estudios CIEPLAN 4, 1980, p. 159-201.

DONGHI, T.H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FAUSTO, B. e DEVOTO, F. J. Ditadura, democratização e o tempo mais recente (1968-2002). In:_____ **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo, Editora 34, 2004, p. 395-502.

FERRER, A. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Fondo de Cultura Económica, 3ª ed., 2004.

FFRENCH-DAVIS, R. A experiência monetarista no Chile: uma abordagem crítica. **Estudos de Economia**, n. 1, 1984, p. 5-42.

FFRENCH-DAVIS, R. *Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile*. Tercera Edición aumentada y actualizada. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

FFRENCH-DAVIS, R.; MUÑOZ, O. ; PALMA, J.G. As economias latino-americanas (1950-1990). In: BETHELL, L. (Org.). **A América Latina após 1930**, São Paulo, EDUSP, v. VI, 2005, p. 129-228.

FOXLEY, A. *Towards a Free Market Economy: Chile 1974-1979*. *Journal of Development Economics* 10(1), 1982, p. 3-30.

GATICA, J; MIZALA, A. Autoritarismo e ortodoxia econômica: Chile 1974-87. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 2, p. 38, 1990.

HEREDIA, M. *El proceso como bisagra. Emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático: FIEL, FM y CEMA. Empresarios, tecnócratas y militares. La trama corporativa de la última dictadura. Buenos Aires: Siglo XXI*, v. 197, 2004.

HOBBSBAWM, E. **A Era dos Extremos - O Breve Século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MADDISON, A. **The world economy in the 20th century**. Paris: OECD, 1989.

MARICHAL, C. As finanças mundiais na era de Bretton Woods, 1944-1971: por que houve tão poucas crises?. In: _____. **Nova História das grandes crises financeiras: uma perspectiva global 1873-2008**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 117-150.

RAMOS, J. *Inflación persistente, inflación reprimada e hiperestanflación. Lecciones de inflación y estabilización en Chile. Cuadernos de Economía*, n. 43, 1977, p.65-108.

RAMOS, J. **Política económica neoliberal en países del Cono Sur de América Latina, 1974-1983**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

RAPOPORT, M. *La dictadura militar y la crisis económica (1976-1983)*. In: _____. **Historia Económica, Política y Social de la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Macchi, 2000, p.727-851

TORRE, J.C; RIZ, L. Argentina 1946-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (org). **Historia de América Latina: El Cono Sur desde 1930**. Barcelona, Crítica, vol.15, 2002, p.60-155.

VALDÉS, J. G. **Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile**. Cambridge University Press, 1995.

YÁÑEZ, J. **Nota técnica: Índice de Precios al Consumidor**. Universidad de Chile, Departamento de Economía, vol. 11, p. 117-118.